

Pilatos no Senado

O Senado recusou autorização para um dos seus — suspeito de envolvimento com o tráfico de drogas — ser investigado pela Comissão de Ética. Prevaleceu, mais uma vez, no caso do senador Ernandes Amorim (PDT-RO) a norma tácita do corporativismo político, para o qual a opinião pública não conta. Para que manter um órgão com a obrigação de fiscalizar os senadores em nome da ética? É difícil admitir que a Comissão de Ética (assim mesmo, com maiúscula) não se desintegre.

A votação foi simbólica. Isto é, não foi votação, não exprimiu realmente a vontade dos senadores. O insuportável odor de convivência impregna o ambiente parlamentar. O senador Amorim voltou à superfície trazido pela acusação de sua ex-mulher, que denunciou ligações orgânicas dele com o narcotráfico de Rondônia. A Enciclopédia Britânica do Brasil já o distinguira antes, ao lado de uma dúzia de políticos, na denúncia de envolvimento com a rede de narcotráfico.

O deputado Ulysses Guimarães ressaltava que, em princípio, todos os mandatos eletivos de Rondônia eram suspeitos até prova em contrário. Ulysses Guimarães era um político honrado: jamais em meio século de vida pública seu nome foi relacionado com qualquer suspeita sequer de tráfico de influência política. Não precisou de atestado simbólico de qualquer Comissão de Ética para provar honradez. Mesmo porque, honradez não se prova com documento ou voto simbólico.

O senador Ernandes Amorim anda curvado sob o peso de vinte e um processos movidos contra ele

pela Procuradoria Geral da República, todos pela compra — quando prefeito de Ariquemes — de caminhões sem licitação pública. Nem assim o Senado concordou com a investigação da suspeita de envolvimento com o tráfico de drogas, levantada por sua ex-mulher.

O corregedor Romeu Tuma é um policial aposentado e um senador que dá parecer no melhor estilo de Pôncio Pilatos: sobre o seu colega Ernandes Amorim, foi inconclusivo e com isso o beneficiou com uma inocência suspeita. Se não teve condições de concluir, no prazo de dez dias, não podia abonar uma inocência que não pode ser provada. Podia dizer que nada apurou e que, sem maior prazo, não arriscaria a conclusão provisória. Inocência que precisa de prova é suspeita. Ninguém pode ser inocente com tantos processos pesando nas costas.

Diz o senador Tuma que o cargo não lhe dá poderes para “investigar externamente, nem ouvir ninguém”. Não obteve as respostas das informações pedidas à Procuradoria Geral da República e à Polícia Federal. Lamentou que a ex-mulher do senador por Rondônia não tenha sido ouvida. E acrescentou que, na sua opinião, as acusações deveriam prosseguir e ser ampliadas. Sem querer ser conclusivo, no entanto, o ex-xerife passou o atestado de boa conduta a um senador acusado pela ex-mulher de envolvimento com o narcotráfico. Os eleitores, sem precisar ouvir ninguém, concluem que há algo de profundamente errado, no Senado, em matéria ética. O fato moral é que um personagem tão suspeito não poderia integrar a Mesa Diretoria do Senado. Pelo menos.